



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 103/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2020**

TERMO DE RETIRADA DO EDITAL

As empresas deverão enviar o Termo de Retirada do Edital, conforme modelo abaixo, ao seguinte endereço eletrônico licitacaoag2017-2020@hotmail.com ou retirar pessoalmente junto ao Setor de Licitações, no seguinte endereço: Rua Dom Aquino, 346 Centro.

O não envio deste termo, por parte das empresas, desobriga a Comissão de Licitação de comunicar-lhe eventuais alterações, esclarecimentos ou quaisquer informações relacionados ao presente procedimento licitatório.

DADOS DA EMPRESA:

Nome empresarial: _____

CNPJ: _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Tel.: _____

Fax: _____

Data de retirada do Edital: _____

Nome do responsável: _____

R.G. do responsável: _____

Assinatura _____





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 103/2020**

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Alto Garças - MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Administrativa estabelecida na Rua Dom Aquino, 346, Centro na cidade de Alto Garças - MT, através da Comissão Permanente de Licitações, instituída através da Portaria nº 131/2020, de 05 de maio de 2020, comunica a realização de Processo Licitatório, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

1.2. O edital e seus anexos poderão ser retirados na Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, localizada à Rua Dom Aquino, 346, Centro na cidade de Alto Garças - MT, de segunda a sexta-feira, das 12h00 as 18h00, nos dias úteis, por e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com ou até mesmo pelo site <http://www.altogarcas.mt.gov.br>, telefone (66) 3471 2450/3471 1155.

2. DA DATA, LOCAL E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

2.1. No **dia 24 de agosto de 2020, às 13h00min**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Garças, no endereço supracitado, as empresas interessadas, farão a entrega da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e de sua PROPOSTA DE PREÇO à Comissão de Licitações que, estará reunida em Sessão Pública para essa finalidade, o CREDENCIAMENTO será feito no início da sessão.

2.2. Na hipótese de não haver expediente na data acima estabelecida, a referida reunião e a recepção dos envelopes dar-se-ão no primeiro dia útil subsequente àquela data, no mesmo horário e endereço.

3. DO OBJETO

3.1. A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, com o fornecimento de mão de obra e materiais necessários à completa e





perfeita implantação de todos os elementos definidos em conformidade com o presente edital e seus Anexos.

4. DO CADASTRAMENTO

4.1. A licitante deverá cadastrar-se, obrigatoriamente, previamente por cadastramento na Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, junto à Comissão Permanente de Licitação até o terceiro dia anterior à data marcada para a abertura dos envelopes "Documentação" e "Propostas".

4.2. Para efeitos de cadastramento das empresas ainda não cadastradas e/ou revalidação do cadastro existente, os interessados deverão apresentar até o terceiro dia anterior, ao fixado para o recebimento das propostas, os seguintes documentos em cópias autenticadas ou acompanhado pelo original para autenticação pelo servidor responsável pelo cadastro, os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou, cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada na internet:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), onde a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Cópia do registro comercial ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual; ou Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

c) Cópia dos documentos de identificação dos sócios da empresa;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal unificado à Seguridade Social - INSS, feita por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Tributos e Contribuições Federais e Quanto à Dívida Ativa da União, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;

e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CRF emitido pela Caixa Econômica Federal, onde a mesma pode ser retirada no site: www.caixa.gov.br;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, ou expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário;





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

g) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Estado de Mato Grosso, emitida pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso – PGE/MT, ou equivalente na hipótese da licitante ser estabelecida em outra Unidade da Federação;

g.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas “g” e “h”, de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante;

h) Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais, incluindo-se a Dívida ativa da sede ou domicílio da licitante;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), onde a mesma poderá ser retirada no site: www.tst.jus.br; _

j) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal da sede da licitante;

l) Certidão de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Distribuidor da sede da licitante, com validade máxima de 90 (noventa) dias;

m) Certidão simplificada ou de inteiro teor expedida pela Junta Comercial. A validade da certidão é de 06 (seis) meses, contados a partir da data da sua expedição.

Obs.: Os licitantes enquadrados como Micro Empreendedor Individual – MEI são isentos da apresentação da Certidão simplificada, tendo em vista que o órgão responsável pela emissão da referida certidão não está emitindo a mesma para os MEIs.

n) Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da documentação.

n.1) Serão considerados como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I – Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

a) Publicados em Diário Oficial; ou

b) Publicados em jornal de grande circulação; ou

c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

II – Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;





III – Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas;

IV – Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante as disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou através do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:

- a) Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
- b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
- c) Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

n.2) O balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

n.3) As pessoas jurídicas constituídas no mesmo ano fiscal em que ocorrer a licitação, e que ainda não possuam demonstrações contábeis apresentadas na forma da lei, poderão apresentar cópia do balanço de abertura, extraída do Livro Diário, devidamente chancelada pelo correspondente órgão de registro, cabendo ainda a comprovação do patrimônio líquido mínimo.

n.4) **Comprovação da boa situação financeira** por uma das seguintes formas:

I - obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1,0 (um), a partir da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço patrimonial apresentado na forma do item anterior:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

II - patrimônio líquido, indicado no balanço patrimonial apresentado na forma do item anterior, de no mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do valor total de sua proposta de preço, o que for menor, e com relação a cada lote em que for classificada, conforme o artigo 31, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93;

n.5) **Quando o licitante se enquadrar na condição de microempresa, empresa de**





pequeno porte e microempreendedor individual a qualificação econômico-financeira será comprovada da seguinte forma, de acordo com o art. 7º da Lei Estadual n. 10.442, de 03 de outubro de 2016:

I - Apresentação de certidão negativa de falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física;

II - Apresentação de cópia da declaração anual de rendimentos/imposto de renda;

III - Comprovação da boa situação financeira por uma das seguintes formas:

a) Capital social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor proposto pela licitante, conforme o art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei n. 8.666/1993;

b) Nas licitações de grande vulto, assim definidas pelo art. 6º, inciso V, da Lei n. 8.666/1993, apresentação do balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, quando deverá ser comprovada a boa situação financeira conforme definido nos incisos I e II do item 0.4.

o) Ficha Cadastral (Anexo XV).

4.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.4. Os documentos relacionados acima deverão ser entregues para arquivamento na Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT.

4.5. As empresas interessadas deverão ter pleno conhecimento dos termos constantes deste Edital e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.

4.6. Os interessados, que se cadastrarem no prazo e atenderem a todos os requisitos de qualificação estabelecidos no subitem 4.2 deste Edital, receberão do servidor da Prefeitura Municipal de Alto Garças, responsável pelo cadastramento, um Certificado de Registro Cadastral, para participação exclusivamente da **Tomada de Preços nº 004/2020**, nos termos do **Anexo X** deste edital.

5. DO SUPORTE LEGAL

5.1. A presente licitação reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações posteriores, Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, demais normas que regem a espécie, e as disposições deste Edital e seus Anexos.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação os interessados com o ramo pertinente ao objeto licitado e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

6.2. Sob pena de desclassificação, os licitantes deverão apresentar a documentação através de cópia autenticada em cartório competente, cópia autenticada por funcionário





designado pela Prefeitura Municipal de Alto Garças ou acompanhado pelo original para conferência pela Comissão Permanente de Licitações;

6.2.1. Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou, cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada na internet pela Comissão Permanente de Licitações.

6.3. Não poderão participar da presente Tomada de Preços:

- a) Empresas que estejam reunidas em consórcio, sob nenhuma forma;
- b) Empresa considerada inidônea por Órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- c) Empresa inadimplente ou que tiver contrato rescindido, ou ainda suspensa de licitar/contratar, com o município de Alto Garças - MT e/ou qualquer outro órgão Federal, Estadual e Municipal de qualquer unidade da Federação;
- d) Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;
- e) Em dissolução ou em liquidação;
- f) Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72§ 8º, inciso V da Lei nº 9.605, de 1998.
- g) Estrangeiras que não funcionem no país;
- h) Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei 8.666/1993.
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, conforme previsto no acordo nº 746/2014 – TCU – Plenário.

7. DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

7.1. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

7.2. Os pedidos de esclarecimento, providências ou impugnações ao edital, deverão, obrigatoriamente, serem encaminhados por escrito, devidamente instruídas contendo (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), bem como protocoladas na Prefeitura Municipal de ALTO GARÇAS, Setor de Licitações no endereço: Rua Dom Aquino, 346 - Centro – ALTO GARÇAS - MT, ou por e-mail (licitacaoag2017-2020@hotmail.com) no prazo de até 02 (dias) dias úteis antecedentes a data fixada para recebimento das propostas, sob pena de ser considerada intempestiva.

7.3. Qualquer pedido de impugnação encaminhado **via fax ou por e-mail será conhecido somente após o recebimento do original**, no Departamento de Licitação no endereço acima.





7.4. Impugnações ou pedidos de esclarecimentos protocolados fora do prazo não serão considerados;

7.5. Se a impugnação ao edital for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada para a realização do certame;

7.6. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal;

7.7. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penas estabelecidas na Lei n. 8.666/93;

7.8. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei n. 8.666/93

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Os licitantes deverão indicar um representante para ser credenciado pela Comissão Permanente de Licitações, devidamente munido de documento que autoriza a participar desta Licitação e que possa, plenamente, responder pela empresa representada, o qual deverá, ainda, no ato da entrega dos envelopes, apresentar:

8.1.1. **Fazendo-se representar a empresa licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário**, deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Documento de identificação com foto;
- b) Cópia do registro comercial ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
- c) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 nos termos do **anexo IX** deste Edital;
- f) Certidão simplificada ou de inteiro teor expedida pela Junta Comercial. A validade da certidão é de 06 (seis) meses, contados a partir da data da sua expedição.

Obs.: Os licitantes enquadrados como Micro Empreendedor Individual – MEI são isentos da apresentação da Certidão simplificada, tendo em vista que o órgão responsável pela emissão da referida certidão não está emitindo a mesma para os MEIs.

f.1) A não apresentação da CERTIDÃO citada no item anterior, pelo licitante que queira beneficiar-se do sistema diferenciado elencado na Lei Complementar nº. 123/2006 acarretará a preclusão automática desse direito nas demais fases do processo licitatório, não podendo ser invocado posteriormente.





8.1.2. **Fazendo-se representar a empresa licitante por procurador,** deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Documento de identificação do procurador com foto;
 - b) Outorga por instrumento público ou particular, neste último caso, com firma reconhecida em Cartório, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, assinar Atas, bem como demais atos pertinentes ao certame, ou, carta de credenciamento com firma reconhecida em cartório nos termos do **anexo VI** deste Edital;
 - c) Cópia do registro comercial ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
 - d) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores;
 - e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - f) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93, nos termos do **Anexo IX** deste Edital;
 - g) Certidão simplificada ou de inteiro teor expedida pela Junta Comercial. A validade da certidão é de 06 (seis) meses, contados a partir da data da sua expedição.
- Obs.: Os licitantes enquadrados como Micro Empreender Individual – MEI são isentos da apresentação da Certidão simplificada, tendo em vista que o órgão responsável pela emissão da referida certidão não está emitindo a mesma para os MEIs.
- g.1) A não apresentação da CERTIDÃO citada no item anterior, pelo licitante que queira beneficiar-se do sistema diferenciado elencado na Lei Complementar nº. 123/2006 acarretará a preclusão automática desse direito nas demais fases do processo licitatório, não podendo ser invocado posteriormente.

8.2. Os documentos exigidos acima deverão ser apresentados através de cópia autenticada em cartório competente, cópia autenticada por funcionário designado pela Prefeitura Municipal de ALTO GARÇAS acompanhado pelo original para conferência pela CPL;

8.3. Iniciada a Sessão, será vedada a substituição do representante da empresa devidamente credenciado, ainda que esteja munido de instrumento procuratório com poderes específicos, salvo por caso fortuito ou força maior;

8.4. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens 8.1.1 e 8.1.2. não implicará a exclusão da empresa em participar do Certame, mas impedirá o representante de manifestar-se nas fases do procedimento licitatório.

8.5. Os documentos exigidos nos itens 8.1.1. e 8.1.2. que credenciam o representante deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações FORA DOS ENVELOPES.

9. DO RECEBIMENTO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

9.1. Na data, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, as empresas interessadas entregarão à Comissão Permanente de licitação os envelopes contendo os “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preços”, dando-se início, nesta mesma sessão, à abertura dos primeiros e em seguida dos segundos, observado o disposto nos incisos I e III do artigo 43 da Lei n. 8.666/93.

9.2. Os envelopes devem ser preferencialmente timbrados, caso contrário deverão trazer a identificação completa da proponente.

9.3. As proponentes deverão apresentar 02 (dois) envelopes distintos, opacos, indevassáveis, lacrados e rubricados, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, as seguintes informações:

ENVELOPE 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020

DATA: ____/____/____

HORÁRIO: _____

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA LICITANTE

ENVELOPE 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020

DATA: ____/____/____

HORÁRIO: _____

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA LICITANTE

9.4. Em hipótese alguma serão aceitos envelopes preenchidos irregularmente, fechados com grampos, abertos, rasgados, com endereçamento incompleto, entregues fora do prazo, ou que contenha vício, de qualquer espécie, que possa criar confusão ou imprimir dúvida sobre a lisura do certame.

9.5. As licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

9.6. Todos os documentos exigidos deverão estar em plena vigência e dentro de seu prazo de validade.

10. DO ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em uma única via em envelope lacrado e identificado com o número 01 “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” devendo conter a seguinte documentação:

10.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA





- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) cópia dos documentos de identificação dos sócios da empresa;
- c) cópia do registro comercial ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
- d) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), do local da Sede da Licitante e prova de regularidade da situação junto a este Conselho. CND Pessoa Jurídica.

b) Certidão de Registro junto ao CREA ou CAU, do profissional responsável técnico da Licitante, com atribuições compatíveis com o objeto licitado. CND Pessoa Física.

OBS.: Caso o registro da Licitante seja de outro Estado, esta deverá providenciar a regularização antes do início da execução dos serviços, perante o CREA/MT ou CAU/MT.

c) A licitante deverá apresentar Termo de Compromisso que a mesma formalizou com os profissionais de nível superior, para os fins da comprovação da sua qualificação técnica.

d) O profissional responsável técnico da Licitante, deverá apresentar uma **DECLARAÇÃO** de que executará os serviços pertinentes a sua responsabilidade técnica e operacional, realizando o devido acompanhamento da obra, pessoalmente, pelo qual a empresa se compromete em dar fiel cumprimento na execução do objeto desta licitação.

e) Comprovação da Qualificação Técnica Operacional, em nome da empresa Licitante, mediante a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA/CAU, juntamente com a respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA/CAU, de execução de serviços, quais sejam, devendo comprovar no mínimo os seguintes serviços:

CABO ALUMÍNIO (CA) 50MM ² COBERTO POLIET. RETIC. XLPE 8,7/15KV	M	500,00
CABO MULTIP. QUADRUPL. ALUM (XLPE) S/ALMA AÇO	M	1.000,00
POSTE CONCRETO DT 10M 150DAN	PÇ	100,00
POSTE CONCRETO DT 11M 600DAN	PÇ	4,00
TRANSFORMADOR DE DISTRIB. TRIF 15KVA 15KV	PÇ	2,00

*Como forma de considerar habilitadas, poderão ser aceitos até 50% (cinquenta por cento) dessas quantidades, ou a critério da CPL e corpo técnico da Prefeitura, desde que devidamente informadas na CAT, e registradas no CREA/CAU.

e.1) Apresentar somente atestados ou certidões necessários e suficientes para a comprovação do exigido, podendo indicar com grifos ou indicação sobre as páginas





relativas a essas demonstrações, para o fim de apenas facilitar os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação, destacando os itens que comprovem as respectivas exigências.

e.2) Os atestados deverão conter as seguintes informações básicas, no que se refere ao nome do contratado e do contratante, identificação do objeto do contrato, a situação e natureza da obra e/ou serviços executados, bem como os quantitativos.

f) Indicação do aparelhamento e do pessoal técnico, adequados e disponíveis, para a realização do objeto da licitação, bem como, da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

f.1) A licitante deverá INDICAR e DECLARAR que os equipamentos, estão disponíveis para serem utilizados na execução do objeto licitado e que os mesmos estão em perfeitas condições de operacionalidade, atendendo as normas de segurança do trabalho, bem como os dispositivos de lei relacionados ao tema e atendam as demandas e especificações técnicas exigidas para os serviços, conforme Anexo XII deste Edital.

f.2) A licitante deverá indicar a relação nominal explícita dos profissionais de nível superior a serem alocados aos serviços objeto desta licitação, com o número de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro Conselho competente, e do respectivo título de habilitação, referindo-se, pelo menos, ao engenheiro responsável e dos demais da equipe técnica (exemplo: arquitetos, encarregados, operários, etc) a serem utilizados na obra e declarar que os mesmos exercerão diretamente suas atividades no local da execução dos serviços contratados, sendo somente admitida a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela administração. (Modelo do licitante).

10.1.3. DA VISITA TÉCNICA

a) Os interessados deverão visitar os locais de execução da obra para tomar conhecimento de aspectos peculiares da execução dos serviços, podendo realizá-la durante todo o período do certame (compreendido entre a publicação e a abertura das propostas), ocasião em que estará disponível um servidor do Município para as apresentações e que também será fornecido atestado de visita ao local dos serviços, documento este que deverá compor os documentos de habilitação, ou na impossibilidade da realização de visita apresentar Declaração de Abstenção de Visita Técnica (Modelo do licitante).

b) Os interessados deverão agendar a visita pelo fone (66) 3471-1144, ou na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras (Depto. de Engenharia) com antecedência mínima de 24 horas visando a disponibilização de servidor público para o acompanhamento.

10.1.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

a) Certidão de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Distribuidor da sede da licitante, com validade máxima de 90 (noventa) dias;

b) Certidão simplificada ou de inteiro teor expedida pela Junta Comercial. A validade da certidão é de 06 (seis) meses, contados a partir da data da sua expedição.

Obs.: Os licitantes enquadrados como Micro Empreendedor Individual – MEI são isentos da apresentação da Certidão simplificada, tendo em vista que o órgão responsável pela emissão da referida certidão não está emitindo a mesma para os MEIs;

c) **Balanco Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da documentação.





c.1) **Serão considerados como na forma da lei** o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I – Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em jornal de grande circulação; ou
- c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

II – Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

III – Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas;

IV – Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante as disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC, apresentarão documentos extraído do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou através do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:

- a) Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
- b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
- c) Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

c.2) O balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

c.3) As pessoas jurídicas constituídas no mesmo ano fiscal em que ocorrer a licitação, e que ainda não possuam demonstrações contábeis apresentadas na forma da lei, poderão apresentar cópia do balanço de abertura, extraída do Livro Diário, devidamente chancelada pelo correspondente órgão de registro, cabendo ainda a comprovação do patrimônio líquido mínimo.

c.4) **Comprovação da boa situação financeira** por uma das seguintes formas:

I - obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1,0 (um), a partir da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço patrimonial apresentado na forma do item anterior:





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante Passivo Circulante

II - patrimônio líquido, indicado no balanço patrimonial apresentado na forma do item anterior, de no mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do valor total de sua proposta de preço, o que for menor, e com relação a cada lote em que for classificada, conforme o artigo 31, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93;

c.5) Quando o licitante se enquadrar na condição de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual a qualificação econômico-financeira será comprovada da seguinte forma, de acordo com o art. 7º da Lei Estadual n. 10.442, de 03 de outubro de 2016:

I - Apresentação de certidão negativa de falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física;

II - Apresentação de cópia da declaração anual de rendimentos/imposto de renda;

III - Comprovação da boa situação financeira por uma das seguintes formas:

- a) Capital social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor proposto pela licitante, conforme o art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei n. 8.666/1993;
- b) Nas licitações de grande vulto, assim definidas pelo art. 6º, inciso V, da Lei n. 8.666/1993, apresentação do balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, quando deverá ser comprovada a boa situação financeira conforme definido nos incisos I e II do item 14.5.

10.1.5. DA REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal unificado à Seguridade Social - INSS, feita por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Tributos e Contribuições Federais e Quanto à Dívida Ativa da União, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CRF emitido pela Caixa Econômica Federal, onde a mesma pode ser retirada no site: www.caixa.gov.br;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, ou expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário;





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

d) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Estado de Mato Grosso, emitida pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso – PGE/MT, ou equivalente na hipótese da licitante ser estabelecida em outra Unidade da Federação;

d.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas “d” e “e”, de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante;

e) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela prefeitura do respectivo domicílio tributário;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), onde a mesma poderá ser retirada no site: www.tst.jus.br;

g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal (Alvará de localização e funcionamento) da sede da licitante.

10.1.5.1 A prova de regularidade poderá ser feita também por meio de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

10.1.5.2 Considera-se Positiva com Efeitos de Negativa a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

10.1.6. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA C.F., ART. 27 INCISO V E ART. 9º INCISO III DA LEI 8.666/93.

a) Declaração de cumprimento do disposto do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. artigo 27, bem como atende os preceitos constantes no inciso III, do artigo 9º, todos da Lei nº 8.666/93, nos termos do **Anexo XIII** deste Edital;

10.1.8. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) **Termo de Compromisso**, conforme modelo constante no Anexo VIII, do edital.

b) Certificado de Registro Cadastral, fornecido no ato do Cadastramento pela Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, nos termos do **Anexo X** deste edital.

Os documentos que foram apresentados no cadastramento e credenciamento nesta licitação não precisarão constar no Envelope "Documentos de Habilitação", desde que os documentos no dia da sessão ainda estejam dentro do prazo de validade.

11. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE





11.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.1.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.2. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.3. Ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

11.3.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

11.3.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 11.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

11.3.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 11.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.3.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.4. Para efeitos de utilização dos benefícios de que trata este capítulo, as licitantes deverão apresentar no ato do credenciamento a declaração constante no **Anexo VII** deste edital, salientando que a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios da LC 123/2006, caracteriza o crime de que trata o Art. 299 do código Penal Brasileiro,





sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas cabíveis.

11.5. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.5.1. Na análise da documentação, o (a) Presidente da CPL poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento jurídico e assessoramento técnico de profissionais especializados.

11.5.2. Os documentos para a participação nesta licitação deverão ser entregues preferencialmente numerados e em sequência, em conformidade com o “item 10 HABILITAÇÃO”, a fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes.

11.5.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, salientando que:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

11.5.4. Os documentos apresentados no envelope de habilitação, sem disposição expressa do órgão expedidor, quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão.

11.5.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste Edital e seus anexos, salvo os casos previstos na LC 123/2006;

12. DO ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

12.1. A proposta contida no interior do envelope nº 02 deverá ser apresentada na seguinte forma:

- a) Carta Proposta preferencialmente em papel timbrado, identificando a obra a que a empresa está concorrendo, modalidade, nº do processo licitatório, dados bancários, validade da proposta, prazo de conclusão e o preço global, por extenso, em reais, esclarecendo que se refere ao mês de apresentação da proposta, na forma do **Anexo XI** deste Edital;
- b) Planilha orçamentária adotada pela licitante, conforme **Anexo II** deste Edital;
- c) Cronograma Físico-Financeiro, na forma do **Anexo III** deste Edital.

12.2. A proposta deverá permanecer válida pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias contados da data de entrega das mesmas.

12.3. **A obra deverá ser concluída em 180 (cento e oitenta) dias** conforme cronograma físico- financeiro que serão contados a partir do ciente da Contratada na ordem de serviço.





12.3.1. O prazo contratual estabelecido poderá ser prorrogado dentro da vigência do contrato, na forma prevista no artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

12.4. Valor total proposto para a execução dos serviços expresso na unidade monetária “Real” (R\$) e com a fração relativa aos centavos grafada com apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

12.5. O preço proposto para a execução dos serviços deverá estar de acordo com a planilha de preços, os projetos e especificações que fazem parte integrante deste Edital, estando inclusas todas e quaisquer despesas com materiais, equipamentos e ferramentas, mão-de-obra, encargos trabalhistas, encargos sociais, taxas devidas a órgãos públicos, emolumentos, enfim, quaisquer despesas necessárias para a realização dos serviços;

12.6. O valor proposto será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

12.7. O valor total desta licitação não poderá ser superior à Custo Estimado de R\$ 658.929,18 (seiscentos e cinquenta e oito mil novecentos e vinte e nove reais e dezoito centavos).

13. DAS NORMAS GERAIS DE JULGAMENTO

13.1. O presente processo licitatório será julgado pela Comissão Permanente de Licitação do Município de Alto Garças, que será subsidiada tecnicamente pelo Departamento Técnico de Engenharia do Município e Assessoria Jurídica, da forma como adiante estabelecido:

1.ª Fase - Julgamento da Habilitação das licitantes

2.ª Fase - Julgamento da Proposta de Preços das licitantes habilitadas

13.2. JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

13.2.1. No dia e local indicados neste Edital, na presença dos Licitantes ou seus representantes e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão de Licitação, iniciará os trabalhos, examinando os documentos contidos no envelope de 01 - Habilitação, que serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, bem como pelos proponentes ou seus representantes.

13.2.2. Os documentos de habilitação serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação, por técnico requisitado pela mesma (se for o caso) e pelos licitantes presentes.

13.2.3. Todos os documentos apresentados deverão ser rubricados pelos membros da Comissão de Licitações, pelos representantes legais das licitantes e autoridades presentes.





13.2.4. A Comissão de Licitações examinará os documentos do INVÓLUCRO I e lavrará a correspondente Ata, após o que comunicará as licitantes, através de documento formal ou em sessão pública, o resultado da habilitação, sendo que a ata da sessão será considerada como documento de intimação.

13.2.5. Caso o resultado de habilitação das licitantes seja proferido na sessão de que trata o subitem 13.2.1 e em havendo plena e expressa concordância por todas as licitantes da decisão proferida, inclusive com desistência de interposição de recursos, os quais serão registrados em ata, e a licitação terá prosseguimento com a abertura do INVÓLUCRO II, cujos documentos serão rubricados pelos representantes das Licitantes presentes e, também, pelos membros da Comissão de Licitação, sendo a sessão continuada para análise das PROPOSTAS DE PREÇOS.

13.2.6. Na hipótese de interposição de recursos, a Comissão de Licitação obedecerá aos dispostos no artigo 109, com suas alíneas, incisos e parágrafos, da Lei 8.666/93.

13.2.7. O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

13.2.8. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer dos documentos relacionados no item 10 do presente Edital ou os apresentar em desacordo com as exigências do presente Edital.

13.2.9. A Comissão Permanente de Licitações, manterá em seu poder as propostas das licitantes inabilitadas, com os envelopes devidamente fechados e rubricados, até 30 (trinta) dias após o término do procedimento licitatório, findo o qual, serão os mesmos devolvidos aos licitantes, sendo que a devolução poderá ser feita diretamente no Departamento de Licitação ou via postal. Findo esse prazo, sem que tenha sido retirado esse envelope, a CPL o destruirá.

13.3. JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

13.3.1. O Julgamento das propostas será realizado em conformidade com o disposto no inciso I, parágrafo 1º, do artigo 45 c/c artigo 48 da Lei n. 8.666/93, sendo desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem as exigências editalícias;
- b) com preços manifestamente inexequíveis, conforme art. 58, § 1º da Lei Federal 8.666/93. Serão considerados inexequíveis aqueles preços que não venham a ter demonstrado sua inviabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são incoerentes com os praticados no mercado e que os coeficientes de produtividade são incompatíveis com a execução do objeto;

13.3.2. Passado o prazo recursal sem a interposição de recurso ou, sendo esse prazo renunciado expressamente, proceder-se-á a abertura dos envelopes “proposta” dos licitantes habilitados.

13.3.3. Havendo interposição de recurso, a nova data de abertura dos envelopes nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS - será comunicada às proponentes por meio de publicação no Mural da Prefeitura, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Jornal de Grande





Circulação do Estado e Diário Oficial dos Municípios (AMM) após julgados os recursos e contra recursos interpostos ou decorrido o prazo sem interposição.

13.3.4. O julgamento levará em consideração o MENOR PREÇO GLOBAL apresentado e a classificação das licitantes será feita pela ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis.

13.3.4.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, que será realizado na própria sessão, ou em outra data designada pela Comissão, para quais todas as licitantes habilitadas serão convocadas.

13.3.5. As Propostas serão rubricadas, examinadas pelos membros da Comissão de Licitação e colocadas à disposição dos Licitantes presentes para também apreciarem, em seguida serão classificadas em ordem crescente de valores.

13.3.6. Após julgamento das propostas, com a classificação final por ordem crescente, a Comissão Permanente de Licitação fará constar em ata a intimação dos licitantes sobre os resultados obtidos no procedimento.

13.3.7. O direito de empate ficto das microempresas e das empresas de pequeno porte será cumprido, nos termos do item 11 deste Edital.

13.3.8. Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

13.3.9. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

14. DOS RECURSOS

14.1. Em qualquer fase desta licitação caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato ou lavratura da ata, quando presentes todos os prepostos dos licitantes, ao ato em que foi adotada a decisão.

14.2. Os recursos serão dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, para apreciação e decisão da autoridade superior, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de (cinco) dias úteis, contado do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade.

14.3. Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.4. Os recursos referentes aos atos de habilitação e julgamento das propostas terão efeitos suspensivos, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes





razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

14.5. Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo para responder pela empresa.

14.6. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada aos autos.

14.7. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados junto a Comissão Permanente de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal, em dias úteis, no horário das 12:00 às 18:00 horas.

14.8. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, inclusive eletrônico, razão social e telefone para contato), por e-mail (licitacaoag2017-2020@hotmail.com), e posteriormente junto ao Serviço de Protocolo do órgão licitador ou diretamente ao (a) Presidente.

15. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

15.1. A autoridade competente do Município de Alto Garças - MT, à vista do relatório da Comissão Permanente de Licitação, proferirá sua decisão, confirmando o resultado da licitação, homologando o procedimento licitatório e adjudicando o objeto da licitação à licitante vencedora.

15.2. Homologado o procedimento licitatório e divulgado o seu resultado, expedir-se-á expediente de serviço à proponente vencedora, convocando-a para comparecer ao Departamento Jurídico, para assinatura do contrato, nos termos da minuta constante dos Anexos do presente edital, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da notificação.

15.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo mencionado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas. Sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. A presente contratação dar-se-á na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas aplicáveis.

16.1.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, observadas as cláusulas e condições deste edital, nos termos da minuta de contrato - Anexo XIV e da proposta vencedora.





16.2. Caso a licitante vencedora tenha seu registro do CREA ou CAU em outro Estado, deverá apresentar no momento da assinatura do contrato, visto do CREA ou CAU do Estado de Mato Grosso, onde o serviço será executado (Artigo 69 da Lei nº 5.194, de 24/12/1966);

16.3. A licitante adjudicatária será convocada no prazo de **até 02 (dois) dias úteis** contados da data da convocação, para comparecer ao Departamento Jurídico para assinatura do termo de contrato, nos termos da minuta constante dos Anexos do presente edital.

16.4. É facultado à Administração, quando o convocado não retirar o referido documento no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições de suas propostas, ou conforme negociação, podendo ainda, revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei n. 8.666/93.

16.5. A CONTRATANTE poderá desclassificar a licitante vencedora, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, ou regularidade fiscal da licitante.

16.6. Se, por ocasião da Contratação, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.6.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 16.6, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

16.7. Não subcontratar a obra, sem que haja expressa e antecipada autorização da Contratante.

16.8. Mediante Termo Aditivo aprovado pela Prefeitura Municipal de ALTO GARÇAS/MT, poderão ser efetuados acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até os limites estabelecidos no artigo 65 da Lei n. 8.666/93;

Parágrafo Único: A licitante não poderá desistir do objeto adjudicado, no qual sagrou-se vencedora, sob alegação de cotação errada, sob pena da aplicação de sanção previstas nesse Edital, bem como as constantes da Lei 8.666/93.





16.9. O prazo do presente Contrato e de **execução dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias** a contar da emissão da Ordem de Início dos Serviços, prorrogáveis no interesse das partes até o máximo permitido em lei.

17. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. O prazo máximo para execução dos serviços, conforme constante dos Projetos e dos Memoriais será de **180 (cento e oitenta) dias**.

17.2. Os prazos para execução dos serviços serão contados a partir da expedição da Ordem de Serviço inicial, emitida pela Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT.

17.3. A licitante deverá cumprir cada etapa da presente obra, conforme o estabelecido no cronograma físico-financeiro, anexo ao presente Edital.

17.3.1. O programa mínimo de progressão dos trabalhos e do desenvolvimento das obras obedecerá obrigatoriamente à previsão das etapas mensais constantes do Cronograma Físico-Financeiro e Quadro de Composição de Investimentos (QCI).

17.3.2. No caso de a CONTRATADA possuir mais de um contrato em vigor com a CONTRATANTE, haverá a necessidade de utilização de equipamentos e mão de obra diversos para cada obra realizada, de forma a não prejudicar o cumprimento das metas definidas no cronograma físico-financeiro de cada obra.

17.3.3. O fato de a CONTRATADA possuir mais de uma obra em execução no Município simultaneamente não será aceito como justificativa pelo descumprimento das metas previstas no Cronograma Físico-Financeiro no caso de aplicação de multas pelo atraso da obra, tampouco para solicitação dos aditivos de prazo.

17.4. Atrasos por intempéries climáticos serão aceitos se justificados através da apresentação de um atestado emitido pelo fiscal da obra.

17.5 O prazo contratual estabelecido poderá ser prorrogado dentro da vigência do prazo estabelecido no item anterior, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação das medições acompanhadas das Notas Fiscais devidamente atestadas pelo responsável técnico da Prefeitura Municipal de ALTO GARÇAS - MT, de acordo com o cronograma físico-financeiro constante.

18.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência

18.3. O CONTRATANTE pagará as Notas Fiscais somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.





18.4. A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

18.5. A Fiscalização da Prefeitura através do responsável técnico somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

18.5.1. Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado neste processo licitatório, não admitindo-se em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra.

18.5.2. Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

18.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

18.7. O não-pagamento nos prazos previstos acarretará à Prefeitura multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida, a ser aplicado por dia de atraso até o do efetivo pagamento.

19. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

19.1. Os preços contratados não sofrerão reajuste no período correspondente ao contrato de execução dos serviços.

19.2. Vencido o prazo do contrato de execução dos serviços, por fato de que não tenha dado causa a CONTRATADA, na ocorrência de fato superveniente a apresentação da proposta e que afete o equilíbrio econômico-financeiro do contrato o mesmo poderá ser objeto de revisão, até a recuperação do limite de equilíbrio, nos termos da lei 8.666/93.

20. DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Todos os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados pelo responsável técnico desta Prefeitura, com autoridade para exercer em nome da Prefeitura Municipal de ALTO GARÇAS/MT toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

20.2. A Fiscalização poderá determinar, a ônus da empresa licitante vencedora, a substituição dos equipamentos, pessoal, serviços e materiais julgados deficientes ou não-conformes com as especificações definidas em projeto, cabendo à licitante





vencedora providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.

20.3. Compete à fiscalização da obra responsável técnico, entre outras atribuições:

20.3.1. Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas em caderno de especificações técnicas, memoriais descritivos, plantas e planilhas orçamentárias e adequação dos procedimentos e materiais empregados à qualidade desejada para os serviços.

20.3.2. Ordenar à licitante vencedora corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

20.3.3. Manter organizado e atualizado o Livro Diário, assinado por técnico da licitante vencedora, onde a referida licitante vencedora registre, em cada visita:

- a) As atividades desenvolvidas;
- b) As ocorrências ou observações descritas de forma analítica.

20.3.4. Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.

20.4. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

20.5. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes no Projeto Básico/Executivo será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à empresa licitante vencedora obrigatoriamente de forma escrita e oficial.

20.6. Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas na minuta do contrato.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. À CONTRATADA assiste o direito de suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados no caso de descumprimento do pagamento das parcelas no prazo de 90 dias conforme dispõe a art. 78, inciso XV da Lei nº 8.666/93;

21.2. Executar os serviços contratados dentro das normas legais, sob as penas da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

21.3. Executar todos os serviços objeto deste contrato dentro do prazo estipulado ou solicitado pela CONTRATANTE, sob as penas da Lei nº 8.666/93;

21.4. Receber todo o apoio logístico, tais como da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras para recebimento de orientação condizente com a execução dos serviços, objetivando um desenvolvimento mais racional e mais eficiente das atividades objeto deste contrato;





21.5. Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

21.6. Providenciar o livro “DIÁRIO DE OBRAS”, para as anotações da fiscalização da CONTRATANTE e do Responsável Técnico da CONTRATADA, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção;

21.7. Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte da obra contratada e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas no processo licitatório;

21.8. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação;

21.9. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e em conformidade com as normas de segurança vigente, mantendo a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação por meio de crachá;

21.10. Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, compatível com a especificação e proporcionalmente ao valor atribuído ao insumo, de acordo com o previsto no Edital e no Projeto Básico/Executivo, sendo que qualquer não conformidade detectada pela FISCALIZAÇÃO poderá ser solicitada a substituição do insumo, demolição e nova execução;

21.11. Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da CONTRATANTE, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços;

21.12. Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso;

21.13. Entregar o local objeto do contrato sem instalações provisórias e livres de entulhos ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. A CONTRATADA deve comunicar, por escrito, à fiscalização da CONTRATANTE, a conclusão dos serviços, para que a mesma proceda à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas;

21.14. Instalar na Obra, laboratório para controle tecnológico do concreto, quando o caso;

21.15. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, cabendo à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação;





21.16. No caso do profissional responsável técnico pela empresa se desligar do quadro funcional ou se afastar de suas atividades técnicas, a empresa deverá apresentar junto a fiscalização nova documentação do responsável técnico que será analisada pelo fiscal da obra e posteriormente atestada;

21.17. Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista ou previdenciária e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a execução dos serviços do objeto do presente contrato;

21.18. Atender a todas as exigências deste contrato e executar todas as solicitações de serviços assumindo os ônus da prestação inadequada dos trabalhos;

21.19. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços objeto do presente instrumento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato observado às disposições do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

21.20. Emitir a Nota Fiscal da prestação dos serviços fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos quando exigido pela CONTRATANTE;

21.21. Autorizar a CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conf. Art. 19-A, inciso IV da Instrução Normativa nº 03 de 15/10/2009;

21.22. Regularizar perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA–MT ou CONSELHO Regional de Arquitetura – CAU, e outros órgãos, este contrato conforme determina a Lei nº 5.194 de 21.12.66, resolução do CONFEA nº 104 de 22.05.70, bem como junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devendo apresentar os comprovantes ao Fiscal designado pelo Contratante;

21.23. Promover as suas expensas, a sinalização do local da obra, observando, no que couber a legislação vigente, especialmente o CBT – Código Brasileiro de Trânsito, sob pena de responder por omissão, negligência ou dolo;

21.24. Manter no canteiro de obra os maquinários, equipamentos e ferramentas necessários ao desempenho satisfatório dos serviços, conforme listado por ocasião da habilitação na licitação, sob pena de descumprimento de condições contratuais, com as consequências previstas neste contrato;

21.25. Não promover nenhuma alteração no projeto, ou na obra propriamente dita, serviços, equipamento e profissionais, sem que haja expressa autorização da Administração por meio dos seus fiscais ou de pessoas com poder para decisão, conforme o caso;





21.26. Providenciar o transporte dos equipamentos, sem ônus adicional para a Administração, que necessitem sofrer manutenção preventiva e/ou corretiva, a qual não possa ser efetuada no próprio local;

21.27. Disponibilizar número de telefone móvel e fixo que possibilite contato imediato entre a Contratante e o preposto da Contratada, de forma permanente, no período não abrangido pela jornada de trabalho da equipe residente, incluindo dias não úteis, para atendimento de situações de emergência.

21.28. Atender todas as exigências necessárias para alimentação do Sistema Geo-Obras do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE, inclusive a apresentação de, no mínimo, 3 (três) fotos da execução da obra, juntamente à medição do mesmo período.

21.29. Não subcontratar a obra, sem que haja expressa e antecipada autorização da Contratante.

21.30. Será de responsabilidade da empresa Contratada a Abertura e Fechamento do CEI, devendo efetuar a Matrícula CEI no prazo máximo de 30 dias do início de sua atividade.

21.31. Cumprir as obrigações específicas de cada item do objeto a ser contratado, constantes no Edital e seus Anexos.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar o objeto contratado dentro das especificações;

22.2. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da CONTRATADA caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

22.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste instrumento;

22.4. Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução podendo impugnar os serviços que considerar insatisfatório, solicitando nova execução os quais deverão ser feitos, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da CONTRATADA;

22.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

22.6. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção;





22.7. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;

22.8. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

22.9. Enviar à CONTRATADA o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços;

22.10. Denunciar as infrações cometidas pela CONTRATADA e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei n. 8.666/93;

22.11. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;

22.12. Permitir a subcontratação de partes dos serviços, desde que seja solicitada pela CONTRATADA e que haja conveniência para a CONTRATANTE;

22.13. Outras obrigações definidas neste Edital e na minuta do contrato.

23. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

23.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a CONTRATANTE, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

- a) Advertência, por escrito;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

23.1.1. Será aplicada multa de 0,1 % (zero vírgula um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir à infração, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a PREFEITURA poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

23.1.2. Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias.

23.2. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida





pela legislação, em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

23.2.1. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

23.3. No caso de a licitante vencedora ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**, poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

23.4. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

23.5. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**, decorrentes das infrações cometidas.

24. DA FONTE DE RECURSOS

24.1. Todas as despesas decorrentes deste procedimento serão alocadas na dotação orçamentária, abaixo discriminada:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras

Unidade: 05.02 – Departamento de Serviços Públicos

Projeto Atividade: 1.073 – Extensão de Rede de Iluminação Elétrica

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações

25. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

25.1. Por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta a administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei 8.666/93.

25.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório a ampla defesa.

26. DA RECISÃO CONTRATUAL





26.1. O contrato poderá ser rescindido no caso de sua inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos previstos no artigo 79 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, e na ocorrência das hipóteses constantes da Minuta de Contrato que, como Anexo, faz parte do presente edital.

27. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E DA OBRA

27.1. Executado o Contrato, os serviços serão recebidos através de Termo Provisório e após, Definitivo;

a) PROVISORIAMENTE pelo Responsável por seu acompanhamento e Fiscalização, mediante termo circunstanciado em até 15 dias do comunicado escrito da Contratada;

b) DEFINITIVAMENTE pelo Responsável Técnico da Prefeitura Municipal de ALTO GARÇAS /MT, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após terem os serviços sido examinados e julgados em perfeitas condições técnicas, não excedendo o prazo de até 90 (noventa) dias contados do Recebimento Provisório;

27.2. O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço ou obra, podendo ocorrer solicitações para correções de defeitos de execução que surgirem dentro dos limites de prazo de garantia estabelecidos pela Lei.

28. DAS GARANTIAS PARA CONTRATAR

28.1. A garantia do contrato a ser lavrado será prestada, após a convocação e antes da assinatura, mediante depósito na Tesouraria Municipal, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato a ser lavrado em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro garantia, (com prazo compatível com o da vigência do contrato), ou fiança bancária, (com prazo compatível com o da vigência do contrato).

28.2. Após o término do contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada, mediante requerimento dirigido à Secretaria de Infraestrutura e Obras, por intermédio do Serviço de Protocolo Geral.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

29.1. As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital, seus anexos e legislações citadas.

29.2. Fica assegurado à autoridade superior da Prefeitura, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura dos envelopes, divulgando a nova data marcada.

29.3. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a





complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

29.4. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Jornal de Grande Circulação do Estado e Diário Oficial dos Municípios (AMM).

29.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. A Prefeitura Municipal de ALTO GARÇAS - MT não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

29.6. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

29.7. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

29.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

29.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de ALTO GARÇAS /MT. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

29.10. A CONTRATADA somente poderá subcontratar parcialmente a execução dos serviços com prévia concordância do **CONTRATANTE**, ficando, neste caso, solidariamente responsável pelos serviços executados pelo subcontratado e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ele imputáveis.

29.11. O desatendimento às exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública.

29.12. A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

29.13. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, o Município reserva o direito de revogar a presente licitação, por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vícios ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento ou abertura da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou da PROPOSTA DE PREÇOS.

29.14. Só terão direito de usar da palavra, rubricar as documentações e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar a ata, representantes legais dos concorrentes habilitados para o ato e os membros da Comissão Permanente de Licitação.





PREFEITURA
ALTO GARÇAS

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

29.15. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos de acordo com as disposições da Lei Federal nº. 8.666/1993 e dos demais diplomas legais aplicáveis.

29.16. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o contrato de prestação de serviços vinculado a esta Tomada de Preços, as empresas licitantes devem se subordinar ao foro da Justiça Comum, da Comarca de Alto Garças - MT, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

29.17. Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II - Planilha Orçamentária;
Anexo III - Cronograma Físico - Financeiro;
Anexo IV - Memorial Descritivo;
Anexo V - Projeto Executivo;
Anexo VI - Minuta da Carta Credencial;
Anexo VII - Minuta da declaração para ME e EPP;
Anexo VIII - Minuta do Termo de Compromisso;
Anexo IX - Minuta de declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação;
Anexo X - Minuta do Certificado de Registro Cadastral;
Anexo XI - Minuta da Carta Proposta;
Anexo XII - Minuta da declaração de operacionalidade dos equipamentos;
Anexo XIII – Minuta da declaração que atende o disposto inciso XXXIII do art. 7º da CF, inciso V do art. 27 da lei 8.666/93 e inciso III do art. 9º da lei 8.666/93;
Anexo XIV - Minuta do Contrato;
Anexo XV – Ficha Cadastral

Alto Garças - MT, 05 de agosto de 2020.

ANNE CAROLINE A. FREIER GIRARDELLO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação





TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1 A Extensão RDU de baixa e de alta tensão para Iluminação Pública é de grande interesse para a população Alto-garcense, pois existem ruas que estão sem iluminação, tendo em vista que são descontadas taxas de iluminação pública. Daí a necessidade da elaboração de um projeto elétrico detalhado, aprovado devidamente, e que permita posteriormente, a realização das obras necessárias para implantação desta extensão de rede.

2.2 Desta forma solicitamos a contratação de Empresa especializada para que execute toda a obra conforme o projeto elétrico aprovado, para a extensão da rede de baixa e alta tensão, nas ruas do Bairro Padre Cicero e demais ruas do perímetro urbano do Município de Alto Garças.

3. FUNDAMENTO LEGAL:

3.1 Na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

4. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 Todas as despesas decorrentes deste procedimento serão alocadas na dotação orçamentária, abaixo discriminada:

Órgão: 05: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas.
Unidade: 02: Departamento de Serviços Públicos.
Projeto Atividade: 1.073: Extensão de Rede de Iluminação Elétrica.
Dotação orçamentária: – 4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações (705).

5. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

5.1 Os serviços a serem executados, assim como as Unidades de Medidas e Quantidades, são os constantes na Planilha:

ITEM	QTDE.	UNID. MED.	DESCRIÇÃO
01	01	UN.	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICO PARA EXTENSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS RUAS E AVENIDAS DOS





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

			BAIRROS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS MT.
--	--	--	---

6. FORMA DE EXECUÇÃO:

6.1 Os serviços serão executados parcialmente, sendo definido como a Primeira Etapa a execução completa, conforme o projeto aprovado, e a Segunda Etapa, após vistoria do corpo técnico da ENERGISA, onde, após o aceite, será possível o recebimento em definitivo da obra, e posterior pagamento da medição final, no montante de até 20% do valor total contratado.

6.2 Os serviços deverão ser executados de acordo com as Normas Técnicas estabelecidas na ABNT, e projetos aprovados pela ENERGISA; ficando sob a responsabilidade da Contratada o fornecimento de todo o material e mão de obra necessários a realização das obras, principalmente ferramentas e demais equipamentos e transportes.

7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1 Os serviços a serem executados, serão de acordo com a planilha orçamentária e memorial descritivo detalhado, elaborado por PROFISSIONAL TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA, que fazem parte integrante deste Termo de Referência. Todos os demais documentos que compõem o projeto básico completo foram elaborados e disponibilizados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT, através do link:

<https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes-e-contratos/Tomada-de-precos/>

7.2 Os serviços deverão ser executados atendendo às normas técnicas vigentes e as recomendações técnicas da ABNT. Para a perfeita execução da obra, a empresa CONTRATADA pelo Município deverá empregar todos os materiais e equipamentos necessários para cada fim, sendo que os mesmos deverão ser de primeira qualidade.

7.3 Também poderá haver a necessidade do competente Alvará de Alinhamento, ou outro, a ser emitido pela Prefeitura Municipal, antes de ser iniciada a execução dos serviços.

7.4 Deverá haver um rigor por parte da Contratada, quanto à maior participação do profissional responsável pela obra, devido ao porte do empreendimento a ser realizado, principalmente na elaboração das medições, onde, junto da fiscalização, deverá acompanhar a sua elaboração, dando a sua anuência, para posterior pagamento.

8. DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

8.1 O programa mínimo de progressão dos trabalhos e do desenvolvimento das obras obedecerá obrigatoriamente à previsão das etapas mensais constantes do Cronograma Físico-Financeiro.





8.2 No caso de a CONTRATADA possuir mais de um contrato em vigor com a CONTRATANTE, haverá a necessidade de utilização de equipamentos e mão de obra diversos para cada obra sendo realizada, de forma a não prejudicar o cumprimento das metas definidas no cronograma físico-financeiro de cada uma das obras.

8.3 O fato de a CONTRATADA possuir mais de uma obra em execução no Município simultaneamente não será aceito como justificativa pelo descumprimento das metas previstas no Cronograma Físico-Financeiro, no caso de advertências, notificações, aplicação de multas pelo atraso da obra, tampouco para solicitação dos aditivos de prazo.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1 As medições serão efetuadas de acordo com o avanço físico real dos serviços, devendo estar de acordo com os cronogramas apresentados pelo contratado e aprovados pela Secretaria Municipal de Obras, justificando-se eventual divergência.

9.2 As medições serão feitas ao final de cada mês pela fiscalização, observados os critérios de qualidade e de acordo com as especificações do **Projeto Básico e do Projeto Executivo**.

9.3 As medições dos serviços corresponderão àqueles efetivamente realizados e seu perfeito cumprimento, consoante o regime de execução por preço global adotado, cabendo à fiscalização efetuar os levantamentos dos serviços executados. Será elaborada memória de cálculo das medições (elaboração dos croquis de cálculo das quantidades medidas) com identificação dos locais da sua realização.

9.4 O pagamento será efetuado pelo Município em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação de nota fiscal do Contratado, correspondente a cada pagamento, até o final da obra, de acordo com as medições e Laudos de Vistoria, emitido pelo departamento de Engenharia do Município, e após cumprido as condições definidos no Edital e seus anexos.

9.5 Havendo erro na fatura (preço diferente do contrato ou qualquer outra irregularidade) ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da fatura será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias a sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da fatura, reapresentada.

9.6 Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais.

10. DO DIÁRIO DE OBRAS

10.1 A CONTRATADA fornecerá e manterá, no local da obra, um DIÁRIO DE OBRAS, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização, no qual serão obrigatoriamente registrados:

10.1.1 As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

10.1.2 As falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas a sua ingerência;





- 10.1.3 As consultas à Fiscalização;
- 10.1.4 As datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
- 10.1.5 Os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;
- 10.1.6 As respostas às interpelações da Fiscalização;
- 10.1.7 A eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra;
- 10.1.8 Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro;
- 10.1.9 Pela Fiscalização;
- 10.1.10 O atestado da veracidade dos registros efetuados pela CONTRATADA;
- 10.1.11 O juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- 10.1.12 As observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA;
- 10.1.13 As respostas às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA;
- 10.1.14 As restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- 10.1.15 A determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- 10.1.16 Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização.
- 10.1.17 Ao final da execução de toda obra, deverá ser entregue uma Via do Diário de Obras completo e assinado ao Fiscal de Obras, sem o qual não poderá ser expedido o Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

11. DA ENTREGA E DA ACEITAÇÃO DA OBRA

11.1 Após concluída, a obra será recebida provisoriamente, mediante termo circunstanciado assinado pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, assim como pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

11.2 Na hipótese de recusa de aceitação, por não atendimento às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reexecutar as obras, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE a partir da data da efetiva aceitação.

11.3 O objeto desta contratação será recebido **provisoriamente**, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, após parecer circunstanciado de comissão ou de membro designado pelo CONTRATANTE, com a aprovação, pela Fiscalização, dos desenhos *as built*, que deverão ser entregues em original, no formato e apresentação definidos pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional para este.





11.4 O objeto do presente contrato será recebido **definitivamente**, em prazo não superior a **90 (Noventa) dias**, após parecer circunstanciado da Comissão depois de decorrido o prazo de observação e de vistoria que comprove o exato cumprimento dos termos contratuais.

11.5 Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a **CONTRATADA** deverá tomar as seguintes providências:

- 11.5.1 Efetuar testes em todas as instalações;
- 11.5.2 Efetuar uma revisão geral na obra;
- 11.5.3 proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
- 11.5.4 corrigir os defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra/serviços executados;
- 11.5.5 apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;
- 11.5.6 apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços.

11.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.7 Todos os originais de documentos e desenhos técnicos preparados pela CONTRATADA para a execução dos serviços e obras contratados serão de propriedade do CONTRATANTE.

12. LOCAL DE EXECUÇÃO:

12.1 Os serviços objeto desta contratação, deverão ser executados no Bairro Padre Cicero e demais ruas do Município de Alto Garças – MT.

13. PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA E VIGÊNCIA CONTRATUAL:

13.1 O prazo para execução da Obra e vigência contratual será de 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro da Obra, iniciando na data de recebimento da ordem de serviços, e seu término não será superior ao da vigência do contrato, salvo motivo excepcional, devidamente justificado, e aceito pela autoridade competente.

14. CUSTO ESTIMADO:

14.1 O custo estimado é no valor de R\$ 658.929,18 (seiscentos e cinquenta e oito mil, novecentos e vinte e nove reais, dezoito centavos), conforme planilhas orçamentárias, de acordo com as exigências legais.

15. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

15.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante do Poder Executivo Municipal ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Secretaria Municipal de Administração.

15.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ainda que resultante





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3 Todos os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados pelos responsáveis técnicos, engenheiros civis desta Prefeitura, com autoridade para exercer em nome da Prefeitura Municipal de Alto Garças toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

15.4 A fiscalização da obra será exercida por profissional devidamente capacitado, através de nomeação, apresentando uma A.R.T. para a atividade a qual fora nomeado.

16. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME LICITATÓRIO:

16.1 Prestar os serviços nas quantidades e com a qualidade exigida;

16.2 Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

16.3 Manter, durante todo o contrato, as mesmas condições de habilitação;

16.4 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

JONAS DAL PIVA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras

Portaria nº 003/2020





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

**TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
ANEXO VI - MINUTA DA CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER
APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
MENOR PREÇO GLOBAL**

Pelo presente, a empresa....., CNPJ nº, sediada à nº, bairro, CEP:, município de em atendimento ao solicitado no edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020**, por seu (diretor ou sócio com poderes de gerência), Sr. RG nº CPF nº, outorga ao Sr. RG nº CPF nº amplos poderes para representar a empresa junto à Prefeitura Municipal de ALTO GARÇAS - MT, na **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020**, inclusive poderes para interpor ou desistir de recursos, receber intimações, enfim, praticar todos os atos que julgar necessário ao citado processo, podendo o credenciado receber intimações no seguinte endereço: (Rua, número, complementos, bairro, cidade, estado, CEP e telefone para contato).

(local e data)..... ..(.... ..), de de 2020.

Nome e assinatura do responsável legal **com firma reconhecida em Cartório**

CPF:.....

RG:.....





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
ANEXO VII - MINUTA DA DECLARAÇÃO QUE SE ENQUADRA COMO
MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER
APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 103/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
MENOR PREÇO GLOBAL

Pelo presente,, CNPJ nº
....., sediada à, nº, bairro,
CEP:, Município de Alto Garças – MT, por seu representante legal
abaixo assinado, em atendimento ao solicitado na **Tomada de Preços nº 004/2020**,
DECLARA, sob as penas da Lei, que:

I – Se enquadra como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) de
acordo com o previsto no art. 3º da Lei Complementar Federal n. 123/2006.

**II – Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos
incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal n. 123/2006.**

Local e data, (.....) - de de 2020.

Nome e assinatura do responsável legal do licitante

CPF: _____

RG: _____





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
ANEXO VIII - MINUTA DO TERMO DE COMPROMISSO

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 103/2020
MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Pelo presente **Termo de Compromisso**, propomo-nos a executar os serviços de que trata o **Edital da Tomada de Preços n. 004/2020**, pelos preços constantes da nossa proposta de preços, e de acordo com o Quadro de Quantitativos especificados neste Edital.

Declaramos ainda, que:

a) **Visitamos** a área destinada à execução dos serviços e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, de suas características e dificuldades **ou não visitamos** o local de execução dos serviços, mas assumimos incondicionalmente a responsabilidade de executar os serviços.

b) Declaramos plena submissão às condições e exigências deste Edital, em todas as fases da licitação.

c) Declaramos a assunção de responsabilidade pela execução dos serviços e sujeição às condições estabelecidas no presente Edital.

d) Reconhecemos o direito da Administração Pública de paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, na forma da Lei.

e) Concordamos em firmar o contrato para execução dos serviços relacionados na presente proposta, pelos respectivos preços, se para isso formos notificados pela Prefeitura Municipal de Alto Garças.

(local e data)..... .., de de 2020.

Nome e assinatura do responsável legal

CPF:..... ..

RG:..... ..





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
ANEXO IX - MINUTA DA DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE
HABILITAÇÃO

ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER
APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
MENOR PREÇO GLOBAL

A empresa, CNPJ nº, sediada à, nº, Município de, neste ato, através do seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de **Tomada de Preços nº 004/2020**, DECLARA, sob as penas da lei, que:

Inexiste fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e esta ciente das condições do processo licitatório, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão de Licitação ou pela Prefeitura Municipal de ALTO GARÇAS – MT.

(local e data), de de 2020.

Assinatura nome do representante legal

CPF:

RG:





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
ANEXO X - MINUTA DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

FORNECEDOR:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

CNPJ OU CPF:

INSC. ESTADUAL:

BANCO:

AGÊNCIA :

CONTA:

TELEFONE:

FAX:

Declaro que a empresa acima especificada requereu sua inscrição no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT para participação da Tomada de Preços nº 004/2020, e apresentou, em vias originais ou autenticadas, todos os documentos exigidos para o cadastramento. Tendo cumprido com todos os requisitos fica a licitante apta a participar exclusivamente da Tomada de Preços nº 004/2020.

Alto Garças/MT, ____ de _____ de 2020.

ANNE CAROLINE A. FREIER GIRARDELLO

Presidente da CPL





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO

**TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
ANEXO XI - MINUTA DA CARTA PROPOSTA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
MENOR PREÇO GLOBAL**

Senhor(a) presidente,

Encaminhamos a esta Comissão Permanente de Licitação, nossa proposta em anexo, referente à licitação em epígrafe, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, conforme especificações descritas abaixo:

I – Pelo preço total de R\$ (.....), conforme discriminado na planilha orçamentária e cronograma físico financeiro (*em anexo*).

II – Informamos que nossa proposta de preço considerou para sua formulação o recebimento de seu valor em até 30 (*trinta*) dias após a entrega das notas fiscais e respectivas medições.

III – O prazo para execução da obra será de 180 (*cento e oitenta*) dias, contados a partir do ciente na Ordem de Serviços, considerando os termos de paralisação.

IV – O prazo de validade da proposta é de 60 (*sessenta*) dias.

V – Comprometemo-nos em assinar o contrato, caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, no prazo estabelecido na respectiva convocação.

VI – Declaramo-nos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital de licitação e seus anexos.

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:

Conta Corrente nº.:

Agência nº.:

(local e data)..... ..(.... ..), de de 2020.

Nome e assinatura do responsável legal

CPF:..... ..

Prefeitura Municipal de Alto Garças
Rua Dom Aquino - nº 346 – Centro – CEP 78.770-000 – Alto Garças/MT
CNPJ: 03.133.097/0001-07 – Fone/PABX (66) 3471-1155





PREFEITURA
ALTO GARÇAS

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

RG:.....





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
ANEXO XII - MINUTA DA DECLARAÇÃO DE OPERACIONALIDADE DOS EQUIPAMENTOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
MENOR PREÇO GLOBAL

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Pelo presente a empresa, sob CNPJ nº, sediada à, nº, bairro, CEP:, município de, por seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de **Tomada de Preços nº 004/2020**, DECLARA que os equipamentos abaixo relacionados, estão disponíveis para serem utilizados na execução do objeto licitado e que os mesmos estão em perfeitas condições de operacionalidade e atendem as demandas e especificações técnicas exigidas para os serviços.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (NOME, MARCA, MODELO, CAPACIDADE/POTÊNCIA)	QUANT.	ANO FABR.

Por ser verdade, firmamos a declaração.

Local e data,, de de 2020.

Assinatura nome do representante legal

CPF:

RG:





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020

**ANEXO XIII - MINUTA DA DECLARAÇÃO QUE ATENDE O DISPOSTO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF, INCISO V DO ART. 27 DA LEI 8.666/93 E
INCISO III DO ART. 9º DA LEI 8.666/93**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020

MENOR PREÇO GLOBAL

Pelo presente,, CNPJ nº, sediada à, nº, bairro, CEP:, Município de Alto Garças – MT, por seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado na **Tomada de Preços nº 004/2020**, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, inciso V, art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos de qualquer poder e de qualquer esfera de governo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão (inciso III, do art. 9º da Lei nº 8.666/93).

Local e data, (.....) - de de 2020.

Nome e assinatura do responsável legal do licitante

CPF: _____

RG: _____





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

**TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
ANEXO XIV – MINUTA DO CONTRATO**

TERMO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS/MT E A EMPRESA _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE _____**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à _____, n. ____, ____ CEP: _____-____, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n. _____, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo **Prefeito Municipal Senhor _____**, brasileiro, ____, residente e domiciliado à _____, n. ____, ____ nesta cidade de _____ – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n. _____ SSP/____ e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n. _____, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa _____, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n. _____ e Inscrição Estadual sob o n. _____, Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº _____, estabelecida à Rua _____, n. _____, representado neste ato pelo seu _____, brasileiro (a), estado civil, profissão, residente (ENDEREÇO COMPLETO), portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº _____ (órgão expedidor) e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n. _____, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório nº ____/____ de ____ de ____ de _____, realizado na modalidade de Tomada de Preços nº ____/____ com abertura em ____ de _____ de _____, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

2.1 Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços nº ____/2020, com fundamento no art. 23, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93, conforme autorização do senhor Prefeito Municipal Claudinei Singolano.





PARÁGRAFO ÚNICO – O objeto contratado será realizado na forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço, conforme condições e especificações constantes do Edital e respectivos anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO.

3.1 O valor global fixado para o presente contrato é de R\$ ____ (reais) que será pago em até 30 (trinta) dias, conforme apresentação de notas fiscais acompanhadas de medições e relatório técnico, de acordo com o cronograma físico-financeiro constante.

3.2 Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

3.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

3.4 Os pagamentos serão realizados por ordem bancária por meio do Banco ____, agência ____, conta corrente n. ____, ou Boleto Bancário, vedado qualquer antecipação de pagamento sem a correspondente prestação dos serviços.

3.5 O preço contratado será fixo e irrevogável até a conclusão do objeto do contrato, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

4.1 O prazo de execução do presente contrato é de ____ (_____) dias.

4.2 O prazo de início da execução é contado a partir de ____/____/____ à ____/____/____, sendo desta forma encerrado o contrato, caso não ocorra sua prorrogação nos termos da lei.

4.3 O prazo de execução da obra é ____ (_____) dias, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro da Obra, iniciando na data de recebimento da ordem de serviços, e seu término não será superior ao da vigência do contrato, salvo motivo excepcional, devidamente justificado, e aceito pela autoridade competente.

4.4 O presente contrato poderá ser prorrogado, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

5.1 A execução do presente contrato será custeada com os recursos vinculados previstos no Orçamento Anual do Município do Exercício de ____ na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: _____

Unidade: _____





Projeto Atividade: _____

Elemento de Despesa: _____

5.2 Os recursos financeiros referentes ao exercício ulterior correrão por conta de dotação orçamentária prevista no Orçamento Anual do Município do ano subsequente.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1.1 Oferecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar o objeto contratado dentro das especificações.

6.1.2 Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da CONTRATADA caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

6.1.3 Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste instrumento.

6.1.4 Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução podendo impugnar os serviços que considerar insatisfatório, solicitando nova execução os quais deverão ser feitos, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da CONTRATADA;

6.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

6.1.6 Notificar, por escrito, a CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção.

6.1.7 Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;

6.1.8 Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

6.1.9 Enviar à CONTRATADA o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços;

6.1.10 Denunciar as infrações cometidas pela CONTRATADA e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei n. 8.666/93;

6.1.11 Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;

6.1.12 Permitir a subcontratação de partes dos serviços, desde que seja solicitada pela CONTRATADA e que haja conveniência para a CONTRATANTE.

6.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.2.1 À CONTRATADA assiste o direito de suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados no caso de descumprimento do pagamento das parcelas no prazo de 90 dias conforme dispõe a art. 78, inciso XV da Lei nº 8.666/93;

6.2.2 Executar os serviços contratados dentro das normas legais, sob as penas da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2.3 Executar todos os serviços objeto deste contrato dentro do prazo estipulado ou solicitado pela CONTRATANTE, sob as penas da Lei nº 8.666/93;





6.2.4 Receber todo o apoio logístico, tais como da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras para recebimento de orientação condizente com a execução dos serviços, objetivando um desenvolvimento mais racional e mais eficiente das atividades objeto deste contrato;

6.2.5 Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

6.2.6 Providenciar o livro “DIÁRIO DE OBRAS” ou similar, para as anotações da fiscalização da CONTRATANTE e do Responsável Técnico da CONTRATADA, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção;

6.2.7 Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte dos serviços contratado e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas no processo licitatório;

6.2.8 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação;

6.2.9 Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e em conformidade com as normas de segurança vigente, mantendo a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação por meio de crachá;

6.2.10 Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, compatível com a especificação e proporcionalmente ao valor atribuído ao insumo, de acordo com o previsto no Edital e no Projeto Básico/Executivo, sendo que qualquer não conformidade detectada pela FISCALIZAÇÃO poderá ser solicitada a substituição do insumo, demolição e nova execução;

6.2.11 Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da CONTRATANTE, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços;

6.2.12 Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso;

6.2.13 Entregar o local objeto do contrato sem instalações provisórias e livres de entulhos ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. A CONTRATADA deve comunicar, por escrito, à fiscalização da CONTRATANTE, a conclusão dos serviços, para que a mesma proceda à vistoria com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.

6.2.14 Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, cabendo à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação;

6.2.15 No caso do profissional responsável técnico pela empresa se desligar do quadro funcional ou se afastar de suas atividades técnicas, a empresa deverá apresentar junto a fiscalização nova documentação do responsável técnico que será analisada pelo fiscal da obra e posteriormente atestada;

6.2.16 Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista ou previdenciária e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a execução dos serviços do objeto do presente contrato;





- 6.2.17** Atender a todas as exigências deste contrato e executar todas as solicitações de serviços assumindo os ônus da prestação inadequada dos trabalhos;
- 6.2.18** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços objeto do presente instrumento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato observado às disposições do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 6.2.19** Emitir a Nota Fiscal da prestação dos serviços fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos quando exigido pela CONTRATANTE.
- 6.2.20** Autorizar a CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conf. Art. 19-A, inciso IV da Instrução Normativa nº 03 de 15/10/2009.
- 6.2.21** Regularizar perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA–MT ou CONSELHO Regional de Arquitetura – CAU, e outros órgãos, este contrato conforme determina a Lei nº 5.194 de 21.12.66, resolução do CONFEA nº 104 de 22.05.70, bem como junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devendo apresentar os comprovantes ao Fiscal designado pelo Contratante;
- 6.2.22** Promover as suas expensas, a sinalização do local dos serviços, observando, no que couber a legislação vigente, especialmente o CBT – Código Brasileiro de Trânsito, sob pena de responder por omissão, negligência ou dolo;
- 6.2.23** Manter no canteiro dos serviços os maquinários, equipamentos e ferramentas necessários ao desempenho satisfatório dos serviços, conforme listado por ocasião da habilitação na licitação, sob pena de descumprimento de condições contratuais, com as consequências previstas neste contrato;
- 6.2.24** Não promover nenhuma alteração no projeto, ou na obra propriamente dita, serviços, equipamento e profissionais, sem que haja expressa autorização da Administração por meio dos seus fiscais ou de pessoas com poder para decisão, conforme o caso;
- 6.2.25** Providenciar o transporte dos equipamentos, sem ônus adicional para a Administração, que necessitem sofrer manutenção preventiva e/ou corretiva, a qual não possa ser efetuada no próprio local;
- 6.2.26** Disponibilizar número de telefone móvel e fixo que possibilite contato imediato entre a Contratante e o preposto da Contratada, de forma permanente, no período não abrangido pela jornada de trabalho da equipe residente, incluindo dias não úteis, para atendimento de situações de emergência.
- 6.2.27** Atender todas as exigências necessárias para alimentação do Sistema Geo-Obras do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE, inclusive a apresentação de, no mínimo, 3 (três) fotos da execução da obra, juntamente à medição do mesmo período.
- 6.2.28** Não subcontratar os serviços, sem que haja expressa e antecipada autorização da Contratante.
- 6.2.29** Cumprir as obrigações específicas de cada item do objeto a ser contratado, constantes no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS





7.1 Por atraso injustificado nos serviços executados:

7.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor contratual;

7.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

7.1.3 No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

7.2 Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência;

7.2.2 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à CONTRATANTE.

7.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

7.3 As multas serão descontadas dos créditos da CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;

7.4 As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa do contrato, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à CONTRATANTE.

7.5 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

7.6 Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá – além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02 – sofrer quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

7.6.1 Desclassificação ou inabilitação no caso do procedimento se encontrar em fase de julgamento;

7.6.2 Cancelamento do contrato, se este já estiver assinado, procedendo-se à paralisação da execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 A rescisão do presente contrato poderá ocorrer numa das formas abaixo, devendo a parte que desejar rescindi-lo comunicar à outra com antecedência de mínima de 30 (trinta) dias:

- a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a CONTRATANTE.
- b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- c) Judicial – nos termos da legislação processual.

8.2 A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei nº 8.666/93.





CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

9.2 Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

- a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por lei;

9.3 Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços;
- b) Quando necessário se promover a manutenção do reequilíbrio econômico e financeiro do contrato;
- c) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

10.1 O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo licitatório realizado na modalidade de **Tomada de Preços nº ____/2020** e seus respectivos anexos, bem como à proposta de preços vencedora, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, que faz parte integrante deste instrumento independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

11.1 Aplica-se a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato, em especial aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1 A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1 Todos os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados pelo servidor(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, designado pela Portaria _____, de ____ de _____ de _____, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do presente contrato, de acordo com os parágrafos 1º e 2º do Artigo 67 da Lei nº 8.666/93, e atualizações posteriores.





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 A CONTRATANTE, para fins de eficácia do presente Contrato, providenciará sua publicação na imprensa oficial, na forma de extrato, nos termos do art. 61, Parágrafo Único, da lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca da CONTRATANTE com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

15.2 Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

_____/MT, ____ de ____ de 2020.

Prefeito Municipal

CONTRATADA

Testemunhas

Nome
RG
CPF

Nome
RG
CPF

O presente Contrato foi analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica da Administração.

Em ____ de ____ de ____.

Assessoria Jurídica





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

**TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020
ANEXO XV – FICHA CADASTRAL**

(*Elaborar preferencialmente em Papel timbrado da empresa)

Para fins de agilidade do cadastramento das empresas que participarão desta Licitação, esta ficha cadastral deverá ser preenchida, assinada e carimbada pelo responsável da empresa, e entregue no momento do cadastramento.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

1. DADOS DA EMPRESA

Razão Social:	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	Inscrição Estadual:
Inscrição Municipal:	Optante pelo Simples: () SIM () NÃO
Endereço Completo:	
CEP:	Cidade/Estado:
Telefones:	E-mail:

2. MARQUE QUAL A CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

MICROEMPRESA ()

EMPRESA DE PEQUENO PORTE ()

EMPREENDEDOR INDIVIDUAL ()

OUTROS (). QUAL _____

3. TIPO DA EMPRESA:

() INDIVIDUAL

() LTDA

() S/A

() OUTROS. QUAL _____

4. DADOS DOS SÓCIOS CONSTANTES NO CONTRATO SOCIAL: (É OBRIGATÓRIO A INFORMAÇÃO DE NO MÍNIMO 02 SÓCIOS EXCETO QUANDO FOR EMPRESA INDIVIDUAL).

NOME COMPLETO:

CPF:

DATA DO REGISTRO DO CONTRATO NA JUNTA COMERCIAL:





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

NOME COMPLETO:

CPF:

DATA DO REGISTRO DO CONTRATO NA JUNTA COMERCIAL:

5. DADOS BANCÁRIOS: (É OBRIGATÓRIO QUE A CONTA ESTEJA EM NOME DA EMPRESA PARTICIPANTE)

BANCO:	
AGÊNCIA:	CONTA:

6. DADOS DO REPRESENTANTE QUE ATUARÁ NA SESSÃO:

Nome Completo:	
RG:	CPF:

7. DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL QUE ASSINARÁ O CONTRATO CASO A EMPRESA SEJA VENCEDORA:

Nome Completo:	
Cargo:	
Estado Civil:	
RG:	Órgão expedidor/UF:
CPF:	
Endereço Completo:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefones:	E-mail:

Assinatura do representante legal
Carimbo de CNPJ da empresa

OBSERVAÇÃO: É OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS CAMPOS ACIMA, CASO A EMPRESA NÃO O FAÇA PODERÁ SER INSTAURADO PELA PRESIDENTE DA CPL PARA FAZÊ-LO NO MOMENTO DO CADASTRAMENTO.

